

31 de agosto de 2023.

## **À Assessoria de Licitações e Contratos**

**Assunto: resposta aos questionamentos ao edital de Pregão Eletrônico n. 039/23 e alteração dos critérios de participação no certame.**

Considerando os questionamentos ao edital de Pregão Eletrônico n. 039/23, informamos que:

- Acerca dos questionamentos encaminhados pela **ING SEGUROS DO BRASIL**

### **1. Clausula particular de exclusão de belarus e Rússia e seus territórios**

*Diante do atual cenário de guerra entre Rússia e Ucrânia, algumas seguradoras possuem determinação de suas matrizes sobre a restrição de cobertura securitária para riscos relacionados à Rússia e Belarus, e demais países/pessoas/regiões sancionadas.*

*Trata-se de regra da companhia com intuito de viabilizar seus negócios globalmente, respeitando as sanções e embargos impostos pelo OFAC (Agência de Controle de Ativos Estrangeiros dos EUA) e/ou ONU e/ou demais Organizações Internacionais, portanto gostaríamos de saber se é possível incluir a “Cláusula Particular de Exclusão de Cobertura - Acontecimentos Referentes à Área Específica (Rússia e Belarus)”, e temos com sugestão o modelo abaixo: (...)*

**Resposta: Conforme previsão constante no Termo de Referência, Anexo I do Edital, a abrangência da cobertura é nacional. Ainda conforme consta no Questionário de Risco, a Cesama não possui ativos no exterior ou negócios com a República Belarus e/ou a Federação Russa e seus territórios. Desta forma, não há pertinência na inclusão da cláusula ora sugerida.**

### **2. Questões relacionadas ao conflito Rússia e Ucrânia:**

- *Qual o percentual de receita gerado por negócios direta e/ou indiretamente relacionados com a Rússia ou Ucrânia? Há um percentual de geração de receita maior do que 5%? Caso positivo, encaminhar maiores detalhes sobre quais são as fontes de receita e o percentual exato de geração.*

**Resposta:** Conforme consta no Questionário de Risco, a Cesama não possui ativos no exterior ou negócios com a República Belarus e/ou a Federação Russa e seus territórios.

- *Como estão as relações com os fornecedores/ clientes Russos e Ucrânicos? Ainda existe geração de negócios ou estão parados? Há algum posicionamento oficial da empresa com relação aos fornecedores/ clientes destes dois países?*

**Resposta:** Conforme consta no Questionário de Risco, a Cesama não possui ativos no exterior ou negócios com a República Belarus e/ou a Federação Russa e seus territórios.

- *Há alguma operação do Órgão na Ucrânia ou na Rússia?*

**Resposta:** Conforme consta no Questionário de Risco, a Cesama não possui ativos no exterior ou negócios com a República Belarus e/ou a Federação Russa e seus territórios.

- *Há algum tipo de relação do Órgão com bancos e/ou qualquer sistema financeiro da Rússia ou da Ucrânia?*

**Resposta:** Conforme consta no Questionário de Risco, a Cesama não possui ativos no exterior ou negócios com a República Belarus e/ou a Federação Russa e seus territórios.

- *Quais os impactos previstos pela administração na operação do Órgão com relação aos recentes movimentos de sanções econômicas impostas à Rússia por diversos países? Favor detalhar.*

**Resposta:** Conforme consta no Questionário de Risco, a Cesama, empresa pública municipal que tem como principal objeto social a prestação de serviços de saneamento básico, compreendendo o segmento de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

**possui ativos no exterior ou negócios com a República Belarus e/ou a Federação Russa e seus territórios.**

**3. Questões relacionadas a Lei Anticorrupção:**

*Segundo a Lei Anticorrupção Brasileira nº 12.846 de 01 de agosto de 2013 e legislação correlata, os atos lesivos, à luz da referida legislação, são de caráter doloso e por implicação disso, excluídos de qualquer seguro.*

*Pedimos também que seja considerado a Cláusula particular de Exclusão de doações, de pagamentos de comissões, e de quaisquer pagamentos oriundos da Lava Jato, a serem pagos, e mais:*

*Fica entendido e acordado que o item abaixo será acrescido a presente Apólice, sendo certo que a Seguradora não se responsabilizará pelas Perdas relacionadas com qualquer Reclamação feita contra qualquer Administrador decorrente de baseada em atribuível a ou sob alegação de: (...)*

**Resposta: As disposições citadas já estão previstas no item 4.5 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.**

**4. Licitação exclusiva para ME's e EPP's**

*A Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ao instituir o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, determina especificamente em seu artigo 3º que a pessoa jurídica que exerce a atividade de seguros privados não pode se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na referida Lei Complementar, verbis:*

*§4º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluindo o regime de que trata o artigo 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:*

*que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de*

*arrendamento mercantil, seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar.*

*Todavia, esse tratamento diferenciado, no presente caso, contraria claro e nítido óbice legal: a vedação ao exercício de atividade seguradora pelas microempresas e empresas de pequeno porte, conforme disposição específica de sua norma de regência supra descrita.*

*Acresce que, nos termos da referida Lei Complementar n° 123/2006 são consideradas microempresas aquelas cuja receita bruta anual não ultrapasse R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e empresas de pequeno porte aquelas cuja receita bruta não ultrapasse R\$ 4.800.000,00.*

*Diante do exposto, venho lembrar que nenhuma seguradora pode ser ME/EPP.*

*Sendo assim, solicitamos revisar a cláusula do edital que prevê exclusividade às ME/EPP's e republicá-lo com a devida alteração.*

**Resposta: Considerando as disposições legais, tal restrição de participação no certame somente de Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP ou equiparadas será suprimida do edital de Pregão Eletrônico n. 039/23.**

*5. Pedimos confirmação da Administração se está ciente de que uma eventual recusa de sinistro, por eventos não previstos no edital, não será considerado pela comissão julgadora/administrador do contrato como um descumprimento contratual, ensejando assim a aplicação de penalidades à Companhia Seguradora. Este ponto se faz necessário esclarecer, pois no segmento de seguros, a cobertura securitária depende da análise das circunstâncias dos fatos, e da apresentação de documentos, a cobertura não é automática pelo simples fato de ter sido contratada através de um processo de Licitação.*

**Resposta: Conforme estabelecido no edital, a contratada deverá prestar os serviços atendendo aos prazos, especificações e demais condições previstas no Termo de Referência e no instrumento convocatório e seus anexos, cumprindo, inclusive, as normas da Superintendência da**

Companhia de Saneamento Municipal – CESAMA  
SECRETARIA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Avenida Barão do Rio Branco, 1843, 10º andar – Centro - CEP: 36.013-020 / Juiz de Fora – MG / (32) 3692-9130 / 9110

**Seguros Privados - SUSEP, leis e demais normativos correlatos ao objeto da contratação. Assim, torna-se claro que a Cesama está ciente de que a aprovação da cobertura securitária está sujeita à análise prévia por parte da Companhia Seguradora, observados os termos e prazos previstos no instrumento convocatório. No entanto, a eventual aplicação de sanções somente ocorrerá nos casos de prática de atos em desacordo com a legislação, com as disposições do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Cesama - RILC ou com disposições contratuais.**

*6. Informar se esse processo permite a composição de cosseguro? Caso Positivo informar as regras para composição do cosseguro.*

**Resposta: Conforme item 9.13 do Termo de Referência, é vedada a participação de outras seguradoras na forma de cosseguro.**

*7. Apresentação de Nota Fiscal Eletrônica/Fatura [...]". Informo que, as companhias seguradoras não se caracterizam como prestadoras de serviços, mas como operações financeiras. Elas têm sua atividade de seguradora regulamentada pelo Decreto-lei n.º 73, de 21/11/66, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, bem como pelos atos e normas expedidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), órgãos integrantes da Administração Pública Federal e estão desobrigados ao cumprimento das obrigações principais e acessórias (emissão de nota fiscal, DAM recolhimento do ISS, Livro de Apuração e Registro de ISS etc.). O documento emitido para fins de comprovação da prestação de serviço, é a apólice de seguros. Desta forma, solicito alteração deste item.*

**Resposta: O item 7.2 do Termo de Referência estabelece as condições para efetivação do pagamento à contratada, após emissão da apólice de seguro. Assim, a contratada deverá apresentar nota fiscal eletrônica ou qualquer outro documento que permita o faturamento dos serviços e o seu pagamento, visto que somente com a apólice de seguro não é possível a efetivação do pagamento junto às instituições financeiras.**

**Registrado o esclarecimento, fica mantida a cláusula sem qualquer alteração.**

*8. Conforme DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019 solicitamos a possibilidade do envio da documentação de habilitação exclusivamente por meios eletrônicos (site da licitação e e-mail), dispensando assim o envio dos documentos físicos via correio;*

**Resposta: Os documentos de proposta e habilitação deverão ser encaminhados em meio eletrônico, conforme disposto nos Capítulos 6 e 9 do edital.**

- Acerca dos questionamentos encaminhados pela **KOYE SEGURODORA**

*1. Favor informar se haverá retenção legal de impostos no pagamento do prêmio da apólice, assim como informar a legislação pertinente e percentuais a serem aplicados.*

**Resposta: Não haverá retenção de tributos por parte da CESAMA, no pagamento do prêmio de seguro.**

*2. Favor enviar o questionário de D&O preenchido para análise e subscrição do risco.*

**Resposta: Conforme item 15 do Termo de Referência, a solicitação do questionário contendo as informações para análise do perfil de risco da Cesama deverá ser encaminhada para o e-mail da Secretaria de Governança Corporativa, a saber, [seg@cesama.com.br](mailto:seg@cesama.com.br).**

*3. Com relação ao item 4.5 sobre exclusões, é importante ressaltar que, conforme práticas do mercado segurador, é importante ressaltar que tal exclusão de aplica de forma absoluta, não prevendo o adiantamento das custas de defesa para as situações elencadas. Sendo assim, não serão amparados quaisquer adiantamentos das despesas de defesa em reclamações relacionadas a tal alegação. Exceto para o item 4.5-b que*

**CESAMA**  
**2041/2023**

**Página 229 de 386**

*poderá haver amparo securitário, após trânsito em julgado do processo caso o segurado seja inocentado, através de reembolso.*

**Resposta:** Os termos de execução dos serviços encontram-se estabelecidos nas especificações e demais condições previstas no Termo de Referência e no instrumento convocatório e seus anexos, bem como nas normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, leis e demais normativos correlatos ao objeto da contratação.

*4. Solicitamos confirmação de que o órgão está ciente quanto à recusa de sinistro não previsto no edital e excluídos das condições gerais do seguro D&O e aprovadas pela SUSEP, não será considerado como descumprimento contratual bem como não ensejará imposição de penalidades à Seguradora.*

**Resposta:** Conforme estabelecido no edital, a contratada deverá prestar os serviços atendendo aos prazos, especificações e demais condições previstas no Termo de Referência e no instrumento convocatório e seus anexos, cumprindo, inclusive, as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, leis e demais normativos correlatos ao objeto da contratação. Assim, torna-se claro que a Cesama está ciente de que a aprovação da cobertura securitária está sujeita à análise prévia por parte da Companhia Seguradora, observados os termos e prazos previstos no instrumento convocatório. No entanto, a eventual aplicação de sanções somente ocorrerá nos casos de prática de atos em desacordo com a legislação, com as disposições do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Cesama - RILC ou com disposições contratuais.

*5. O edital informa que a licitação para participação exclusiva de ME, EPP ou equiparadas. Solicitamos correção, tendo em vista que operações de seguros, obrigatoriamente devem ser realizadas por Sociedades Anônimas, conforme legislação.*

**Resposta:** Considerando as disposições legais, tal restrição de participação no certame somente de Microempresas – ME, Empresas de



**Pequeno Porte – EPP ou equiparadas será suprimida do edital de Pregão Eletrônico n. 039/23.**

6. *Favor confirmar se o contrato está dispensado de apresentação de Garantia Contratual.*

**Resposta: Conforme se verifica no edital e seus anexos, não consta a exigência de apresentação de garantia para assinatura do contrato.**

- Acerca do questionamento encaminhado pela **WIZ CORPORATE**

*Cabe esclarecer que o ramo segurador é composto exclusivamente por Sociedades Anônimas ou Cooperativas jamais ME ou EPP. É nesse sentido, que dispõe o Decreto Lei n° 73, de 21 de novembro de 1966, que trata do Sistema Nacional de Seguros Privados e regula as operações de seguros e resseguros, ao qual todas as operações de seguros privados realizados no país estão subordinadas:*

*"art. 24 – Poderão operar em seguros privados apenas Sociedades Anônimas ou Cooperativas, devidamente autorizadas."*

*Além disso, o art.3º, §4º, VIII, da Lei Complementar n° 123/2006 veda o tratamento diferenciado as empresas que exerçam atividades de seguros privados (Lei da ME e da EPP):*

*"Art. 3º - Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme for o caso (...)*

*§4º - Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica (...) VIII - que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de*



*desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e cambial, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;”*

*Como se vê, as companhias seguradoras estão impedidas de atender essa condição imposta pelo sistema e edital, eis que o ramo segurador é composto exclusivamente por Sociedades Anônimas ou Cooperativas, jamais ME ou EPP.*

*Diante do exposto, solicitamos a desconsideração da participação exclusiva para para ME/EPP/Equiparada e adiamento do presente certame.*

**Resposta: Resposta: Considerando as disposições legais, tal restrição de participação no certame somente de Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP ou equiparadas será suprimida do edital de Pregão Eletrônico n. 039/23.**

Considerando às respostas aos questionamentos bem como a manifestação da Procuradoria Jurídica da Cesama, deverá ser providenciada a alteração no edital do Pregão Eletrônico n. 039/23, no que concerne às condições de participação no certame:

- supressão da restrição de participação no certame às microempresas e empresas de pequeno porte, considerando o disposto na Lei Complementar n. 123/06, em seu art. 3º, §4º, inc. VIII; e,
- inclusão da vedação de participação no certame de empresas de corretagem ou intermediação de seguros, atendendo às recomendações do Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão n. 600/2015 - Plenário.

Na oportunidade informamos que para fins de resposta à impugnação ao edital encaminhada pela empresa **PAROLISEG ASSESSORIA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA**, que teve por objetivo, sem síntese, a alteração do edital para que o certame considere a ampla concorrência, afastando o benefício constante na Lei Complementar n. 123/06 para realização de licitação exclusiva para Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP ou equiparadas, reiteramos que será suprimida tal restrição, considerando o disposto na Lei Complementar n. 123/06, em seu art. 3º, §4º, inc. VIII.

Providenciadas as alterações ao edital nos termos aqui expostos, fica dispensada nova análise pela Procuradoria Jurídica, diante da previsão constante no art. 26, §1º, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Cesama – RILC, e manifestação expressa do Diretor-Presidente anexa a este documento.

**EDWIGES CLEMENTE  
DE  
OLIVEIRA:06402278645**

Edwiges Clemente de Oliveira  
Secretária de Governança Corporativa

Assinado digitalmente por EDWIGES CLEMENTE DE  
OLIVEIRA:06402278645  
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=12517704000115, OU=  
Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-  
CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=videoconferencia, CN=  
EDWIGES CLEMENTE DE OLIVEIRA:06402278645  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2023.08.31 14:30:26-03'00'  
Foxit PDF Reader Versão: 12.1.3